

TABULEIRO DE LETRAS

Sertões, fatos, imagens, representações: espaços e identidades em tempos de globalização

Sertões, faits, images: représentations, espaces et identités dans le temps de la mondialisation

Pedro Barboza¹

RESUMO:

Objetiva-se a análise de conceitos disseminados referentes a Sertão, Semiárido e Nordeste; examinam-se os traços constituintes empregados na sua conformação, ora confluentes, ora conflitantes. Contrastam-se representações identitárias veiculadas na literatura, nos *media* e em discursos institucionais. Conclui-se pela coalescência dinâmica entre os marcadores constitutivos daqueles conceitos, que leva a uma reconfiguração acentuada da sertanidade e sua permanência.

Palavras-chave: Sertão; Semiárido; Nordeste; Identidades; Reconfigurações.

RÉSUMÉ:

La présente étude entreprend d'analyser des concepts disséminés concernant le *sertão*, le semi-aride et le Nord-est du Brésil. On examine les traits constituants employés dans la conformation de ces concepts, tantôt confluentes, tantôt conflictuels. On contraste des représentations identitaires, véhiculées dans la littérature, dans les *media* et dans les discours institutionnels. On conclut que la coalescence dynamique entre les marqueurs constitutifs de ces concepts mène à une reconfiguration accentuée de la *sertanidade*.

Mots clefs: Sertão; semi-aride; Nord-est; identités; reconfigurations.

A circulação simultânea de termos não equivalentes, Sertão, Nordeste, Semiárido, com as decorrentes representações identitárias a eles ligadas, e a permanência ou “morte do Sertão”, em especial, são o objeto deste estudo. Para tanto, vai-se da formação desses conceitos em diferentes autores, em diferentes temporalidades, à explicitação das tensões entre esses construtos culturais na atualidade. Analisar sua vigência, vigor e *modus*

¹ Pedro Barboza de Oliveira Neto é professor emérito da Universidade Católica do Salvador e pesquisador do NIEAIS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ações Integradas do Semiárido – UFBA. E-mail: barbozapedro@uol.com.br



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

operandi é o que aqui se busca, recorrendo-se à recente releitura de Tzvetan Todorov (2008) sobre identidades e conflito cultural e à noção de *topofilia* de Yi-Fu Tuan (1980).

Tanto uma equivalência quanto uma suposta exclusão recíproca entre Sertão, Nordeste e Semiárido parecem elucidar-se se recorre a algumas premissas.² A primeira é a natureza discursiva das identidades e de todas as representações, o que não elimina o resíduo fático, material, de boa parte delas. Sendo discurso, elas nunca serão inaugurais, no sentido único, *ab ovo*. Tendo-se que identidades e suas representações constitutivas se dão no âmbito da cultura, também ela é tecida de discursos, e estes existem a partir de pontos de interesses de sujeitos, veiculando ideologias para a prevalência de seus desejos ou dos arranjos de força de cada evento e circunstância. Identidades individuais formam-se em um hibridismo de identidades coletivas em que se inserem, a que se submetem ou escolhem, na medida da possibilidade ou do desejo.³

As identidades culturais sempre resultaram da hibridização de culturas anteriores ou de outras coetâneas concorrentes, tendo formas mais firmes e duradouras por servirem de referência e orientação a grupos amplos e comunidades. A disseminação da modalidade escrita e dos *media* eletrônicos na transmissão e construção das representações criou nova dinâmica temporal da modificação das identidades culturais, levando à sua coexistência sempre mais acentuada – também com a oralidade – dentro de uma mesma sociedade, com o frequente deslocamento das referências de identificação comum. A pertença de um indivíduo a diversas identidades coletivas simultâneas, correntes na sua sociedade e fora dela, tornou-se o padrão nas sociedades da escrita e, depois, da informação eletrônica e globalização econômica. Esse deslocamento é o que aponta Todorov na identificação sucessiva de “francês” como católico e, depois, como laico.⁴

² A questão foi proposta no ambiente de discussão propiciado pelo trabalho interdisciplinar do NIEAIS, pelo Prof. Dr. Aurélio Gonçalves de Lacerda, seu coordenador, e foi estimulada pela existência de um contingente menor de pesquisadores da área de Letras frente aos demais de ciências sociais e exatas.

³ “A identidade individual resulta do cruzamento entre várias identidades coletivas: não se trata de um caso isolado. Qual será a cultura de um grupo humano? Apesar de paradoxal, eis a resposta: ela provém das culturas anteriores. (...) Não existem culturas puras: pelo contrário, todas elas são mistas (ou “híbridas” ou “mestiças”).” (TODOROV, 2010, p. 69).

⁴ Afirma o pensador búlgaro-francês: “Outro traço da filiação cultural de cada um salta, imediatamente, aos olhos: é que possuímos não uma mas várias identidades culturais que podem encaixar-se ou apresentar-se como conjuntos em intersecção. Por exemplo, um francês é sempre oriundo de uma região – digamos do Berry – mas, por outro lado, ele compartilha algumas de suas características com todos os europeus, portanto, ele participa, ao mesmo tempo das culturas do Berry, francesa e europeia.” Logo adiante, acrescenta: “Essas representações formam um saber oral que se transmite de geração em geração ou, então, encontram-se também consignadas por escrito: elas é que conferem sentido aos diferentes acontecimentos constitutivos de uma pessoa. Nesse sentido a cultura é a imagem que a sociedade tem de si mesma; [...]” Vamos analisar um exemplo: nem todos os habitantes da França se tornaram cristãos de um dia para o outro. No entanto, em determinado momento, impôs-se a imagem segundo a qual a cultura francesa era cristã: e o mesmo ocorreu no

Será, pois, tomando-se o território geográfico brasileiro nas suas representações nos vários discursos ao longo de um lapso de tempo, atentando-se às suas origens de estado, classe, estamentos sociais, que as noções de Sertão, Nordeste e Semiárido se desvelam.

Um segundo eixo da abordagem é aquele do exame do construto Sertão sob o prisma da ligação efetiva com o território, a topofilia – termo usado por Yi-Fu Tuan⁵ – que parece oportuno para uma confrontação dos três conceitos em causa, excludentes que sejam um dos outros ou não. Essa foi a escolha teórica de Vernaide Wanderley e Eugênia Menezes na análise da obra de Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna. A topofilia circunscreveria “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (TUAN, 1980, p.107). Para o autor sinoamericano, “quando falamos [tal amor] é irresistível ... é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como símbolo.” (Ibidem).

Aplicando o conceito de Tuan, as autoras afirmam que não há sertão uno, bem como são distintos os sertões representados literariamente por Euclides, Rosa e Suassuna. O sertão de Euclides é o seco, desértico, cinzento; o de Suassuna agreste, castanho; e o de Rosa, o sertão fértil das veredas d’água. Mas o mais importante é o fato de verem o território configurado pelas relações sociais e afetivas e não por uma essencialidade geográfica. Para elas, mais ainda no caso da literatura:

O espaço geográfico mítico tem sido a geografia da arte principalmente da Literatura. O espaço mítico é um território no qual as mensurações quantitativas e precisas são substituídas por avaliações de poder, de valorização hierárquica; em que o sobrenatural está presente e, às vezes, é dominante, permeando implícita ou explicitamente todo o espaço. Como a experiência do sagrado, do mítico, é inseparável de uma apreensão estética, do cosmo, os escritores, os artistas trabalham com essa Geografia, mas a partir da Geografia concreta (WANDERLEY; MENEZES, 1997, p. 34).

Tem-se aqui, evidentemente, a acepção de Sertão como entidade simbólica, espaço da especulação metafísica sobre o périplo humano ou, ainda, da representação de uma

dia em que, alguns séculos mais tarde, a França foi declarada laica. As representações não são simples reflexos dos fatos, nem somente aproximações estatísticas, mas resultam de escolhas e combinações que poderiam ser diferentes (TODOROV, 2010. p. 73).

⁵ A noção de topofilia de Tuan (1980) parece ainda válida nas sociedades integradas pela globalização como traço de identificação pelo “local”, não se tomando esse conceito como marcador exclusivo de identidade individual ou coletiva. Os elementos de lugar e paisagem, considerados por Tuan, se tornam também atravessados pela onipresença crescente dos “não-lugares” em todas as partes do planeta.

totalidade do nacional, como pretendido por Euclides. Não estranha que sua obra maior fosse rapidamente tomada como uma espécie de bíblia da nacionalidade.⁶

Sendo de longa data o Sertão, o discurso do Semiárido se avoluma apenas à medida que a abordagem do *tópos* das secas, antes apontado como um mal a ser eliminado, passa a dar lugar à proposta de convivência com o clima e o território e, paulatinamente, os entes institucionais criados sob aquela rubrica se redirecionam ao novo olhar. É de destacar-se que a ênfase no Semiárido, sendo ele a maior parte da área do Nordeste interiorano, é acompanhada por dois fatos: o primeiro, a referência ao interior de todo o País como Sertão vê-se restrita quase apenas a essa parte da região – o restante do Brasil deixaria de ter Sertão; conseqüente, todo o Sertão é tão somente o Semiárido nordestino. Acresça-se, de início, a transposição de todos os predicados depreciativos da sertanidade novecentista para a semiaridez. A nova abordagem, que vê a escassez sazonal de água como análoga dos meses de impropriedade do clima do hemisfério norte para a agricultura como sendo dado normal, por sua particular aridez, sofre, contudo, um recalque em favor da tradicional imagem de Sertão pobre, seco e desértico. O leque de estereótipos de sertão e sertanejo cola-se, assim, ao Semiárido. Na atualidade, nos meios de comunicação de massas, de forma difusa, o Sertão brasileiro foi sendo reduzido ao nordestino e sua parcela climática seca é tomada como o todo. Tem-se aí o Sertão posto em extinção. Reativamente, pode-se protestar afirmando que o Sertão está em toda parte, mas o Semiárido não. Paradoxalmente, grandes áreas férteis das várias partes do País vêm padecendo secas periódicas semelhantes às do Semiárido reconhecido.

A historicidade sertaneja, agora sob o crivo da modernidade tecnológica nos meios de reprodução da vida social, ao transpor a atávica limitação climática no trecho do Nordeste, é como que exaurida da sua substância ao ser desterritorializada. Transforma-se em um Sertão sem chão.

Onde está o Sertão?

Quando se fala em Sertão, imagina-se sempre um espaço determinado no mapa interno de orientação do espaço comunitário de quem dele participa – país, nação, região etc. A resposta mais sábia é a libertária rosiana: “O sertão está em toda parte”. O Sertão não seria

⁶ “Em *Os sertões* há dois discursos sobre o sertanejo: a sua formação étnica e a nação. São discursos contraditórios, excluindo-se logicamente, mas complementando-se esteticamente, pertencentes a gêneros de textos diferentes, porém com muitas zonas de interpenetração” (ZILLY, 2000, p. 340).

região, seria condição existencial, valendo a afirmativa mesmo para o mais renitente positivista. Ainda assim, ser-Sertão, estar-Sertão contende com estar no Sertão ou fora dele.

“Dentro” e “fora” levam ao questionamento de posições, diga-se, de sujeitos gerando o objeto do discurso Sertão. Como se produz, se constitui e se segue constituindo o Sertão? Deixando de lado as especulações sobre a filologia do termo, siga-se a sua errância por meio de alguns testemunhos que o enunciam ao longo de outra entidade, a brasilidade.

Caminha, com certeza, não falou apenas para El Rei, por mais que seu escrito autógrafo tenha ficado engavetado por trezentos e dezessete anos. Na Carta há um espaço mostrado e outro apontado como desconhecido, não experimentado e oposto à costa: é o interior da Ilha de bem vinte e cinco léguas de predicados paradisíacos. Desse modo, configura-se um espaço geográfico nas entranhas dessa Ilha de Vera Cruz, oposto à borda litorânea. Na linha de Caminha, seguiram os mais cronistas.

O Sertão já esteve em toda parte. Diz Regina Abreu: “O que significava “sertões” no final do século passado [XIX]? Na linguagem corrente, a melhor definição era interior, o que equivalia a um imenso território pouco explorado situado costa adentro” (ABREU, 1998b, p. 165). Em *Capítulos da história colonial*, Capistrano de Abreu intitula uma das seções como “O Sertão”. No livro do historiador cearense, o Sertão está efetivamente em todas as partes da Colônia que não a orla marítima. Qual o Sertão físico e cultural encontrável nos *Capítulos*?

Capistrano deixou sedimentadas algumas imagens que, vindas de outras fontes, foram tomadas como verdades incontestes nas referências ao Sertão: o papel do São Francisco na consolidação do projeto colonial e na formação da “gente brasileira” como o rio de unidade nacional e o ciclo do couro como emblema regional. Os *Capítulos* são bem a crônica crua da transformação da *terra ignota* em território visado, devassado pelo olho, mondado, *mundus notus*. São sertão as terras todas *desbravadas* a partir de São Paulo de Piratininga e das vilas costeiras do segundo século da Colônia. Em toda parte esteve o Sertão, das margens do Paraguai ao Amazonas. São Francisco, a seu modo, na trilha de Euclides e Teodoro Sampaio, é o cadinho da miscigenação, por ele já apontada em São Paulo aventureiro. Ao contrário do autor d’*Os sertões*, não se dá a arroubos metafóricos e tardo-românticos na apresentação dos feitos dos conquistadores.

Sertão, literatura e poder

A Literatura Brasileira, sob certo aspecto, nasce nacional e sertaneja. Tanto as tentativas de uma poética diferenciada, mas ainda de inscrição no código lusitano, quanto os programas de produção pós-independência, todos se voltam para o espaço interior do País; de uma parte, a adequação tropical ao cânon árcade e, de outra, a reivindicação de uma identidade particular, bem que ajustada à moda romântica europeia. Os “manifestos” de fundação – de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Alencar – esteiam-se na natureza e paragens distantes da costa para pleitear um lugar novo para o fazer literário local. O nacional é o “literário” e (*vice versa*) habita o *ali* exótico, afastado, e não o *aqui*, no lugar cartográfico e social da enunciação, na Corte litorânea e europeizante, que se reconhece alhures, diversa daquilo que escolheu como índice alienado de sua realidade. Sertão foi categoria boa para representação totalizante e apaziguadora da consciência escravista em drama da liberdade política para uma classe exclusiva. No momento de representações otimistas do nacional, o gozo da burguesia urbana, com ramificações ou origem no campo, menosprezada frente ao prestígio da modernização urbana, vale-se do Sertão distante, apresentado como fértil e passível de relações puras, reminiscências do Paraíso.

A subsequente fase pessimista na cultura e na literatura trará Sertão e sertanejos como espécimes comprovadores das teses deterministas, justificando estereótipos. Esse foi o lugar do chamado regionalismo naturalista. Convém ainda lembrar que Euclides comete três operações metonímicas. Toma o Sertão como expressão do nacional, o São Francisco como o Sertão e, por fim, um trecho dele: o deserto não civilizado.⁷

Dessa forma, Sertão segue sendo categoria política vigorosa no discurso conservador das primeiras décadas do século XX. O “liberal” cosmopolita Rui Barbosa vale-se de um *tópos* do sociologismo biológico, o jagunço. Promove o jagunço a herói sertanejo libertário na sublevação armada dos coronéis sanfranciscanos, para justificar o pacto destes contra o governo da Bahia, em 1919 (ESTRELA, 1997, p. 149-150). Na aliança dos coronéis, a cabroeira assaltante de vilas e navios a vapor, desfilou com *bottons* do Águia de Haia nas suas *razzias* pelo “Rio de unidade nacional”. A retórica balofa dos políticos profissionais encampava a “defesa do Sertão” e a condição sertaneja, invertendo Euclides: os rifles reescrevendo a fraude dos votos feitos em eleições a bico de pena. Na memória do São Francisco baiano, lido como “âmago do Sertão”, “coração do Brasil”.

⁷ “De sorte que aquelas duas linhas de penetração, que vão interferir o S. Francisco em pontos afastados – Juazeiro e Santo Antônio da Glória –, formavam, desde aqueles tempos, as lindes de um deserto” (CUNHA, 1998, p. 24).

O São Francisco: discursos

Convém observar o foco dos vários discursos sobre o território Sertão ou Semiárido nordestino. Destacam-se, não tão aleatoriamente, dois testemunhos: o de Cavalcanti Proença em *Ribeira do São Francisco* e o de Artur Neiva no seu *Relatório de viagem pelo norte da Bahia, sudoeste do Pernambuco, sul do Piauí e de norte a Sul de Goiás*. Proença versa sobre suas andanças, na condição de militar, entre as décadas de 1920 e 1940. A obra passa por um filtro ideológico, o de sua edição pela Biblioteca do Exército. Entre notas pessoais e particularizadas das observações, não deixa, contudo, de transparecer a matriz euclidiana que, a contragosto, bebe nas mesmas vertentes castrenses e tainianas. Começa seu livro pelo “ambiente geográfico”, a que seguem “A história” e “O rio”. As marcas sintáticas euclidianas são encontradas em seu estilo, mas da descrição detalhada da fauna e da flora surge uma região bem mais complexa do que as referências à base de alusões comuns a Euclides. Calça o detalhamento da releitura de “A terra” com o relato da observação participante e larga referência às fontes bibliográficas e cartográficas próprias da ótica militar.

A construção do lugar, território humanizado – *topofilia* em Tuan –, é vista sob o ângulo da ocupação colonial pelos luso-brasileiros e da dizima dos aborígenes. Prevalece na narrativa de Proença a visão positivista, e um confessado débito a Capistrano de Abreu e a Artur Neiva. Vê-se um trinômio mestiçagem-meio-história, sucedido por uma peculiarização do território dentro de um passeísmo cultural. O espaço barranqueiro faz-se lugar pela presença e ação da “gente do rio”: barqueiros, pescadores, vaqueiros, caçadores, cangaceiros, as culturas alimentares, as práticas devocionais, o santuário da Lapa, o “folclore”, a poesia oral e o cancionero, muito bem comentados pelo futuro autor do *Roteiro de Macunaíma*.

Mesmo reproduzindo o *topos* do isolamento histórico, Cavalcanti Proença mostra o lugar sanfranciscano como cena de grandes deslocamentos: na expansão da pecuária, nas *razzias* dos bandeirantes, no refluxo defensivo do índio, no comércio inter-regional, na larga circulação da cultura oral de matriz ibérica medieval, no renovado cordel cearense. A tensão básica desse tipo de escrita etnográfica é entre o atraso tecnológico e cultural, tomado o padrão da civilização moderna, e esta como meta obrigatória, salvacionista. Dela se afasta o geógrafo poeta: “E não se me oponha um novo método de salvar o São Francisco...”. É o

que escreve para entregar essa tarefa a um “amigo fiel do povo” ... “Bom Jesus da Lapa, socorre a tua gente” (PROENÇA, 1944, p. 191).

Cavalcanti Proença faz remissões a Artur Neiva, e este, a Teodoro Sampaio, o que leva a avaliar a função desses relatos como dentro de um discurso etnográfico continuador daquele das comissões científicas do século XIX⁸ e seu peso nas imagens consolidadas de Sertão. Sua “missão” dá continuidade à produção de conhecimento das vastas regiões interioranas, atualizando-o sob uma ótica científica com vistas à sua incorporação mais efetiva à ação do Estado republicano.

O Sertão de Neiva começa em Juazeiro da Bahia, embrenha-se no Piauí e segue bordejando as bacias do Parnaíba e até do Araguaia. Neiva objetiva o higienismo, e seu relatório se compõe de informações detalhadas sobre essas populações; como inevitável, descreve e estampa registro fotográfico de patologias as mais exóticas e horripilantes ao olhar e, generalizando-as, traz uma imagem desses sertões como um vasto nosocômio. Seu projeto narrativo é o já utilizado por Euclides: notas detalhadas sobre solo, clima, vegetação, o homem enfermo, agora com quantitativos e detalhes médicos experimentais. Exploração realizada há um século exato mostra mesmo as localidades mais urbanizadas como pouco convidativas, em que o cientista se apresenta prevenido contra seu objeto de passagem. A cidade de maior destaque, Juazeiro, é impietosamente retratada (NEIVA; PENA, 1984, p. 185-186). Até as edificações majestosas, de que foi mantida a memória fotográfica, são amesquinhas. Com os detalhamentos de ordem clínica, geológica, biológica e afins, o relatório Neiva serve para confirmar junto a poderosas fontes discursivas, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e o Oswaldo Cruz, uma visão já marcada dos homens de ciência sobre o Brasil interiorano e nortista.

Territórios cruzados: do Sertão e Nordeste a Semiárido

A uma entidade com margens de delimitação mais ou menos amorfas na Colônia, Sertão, sucede uma representação de base política, o Norte, no discurso do Império e nas primeiras décadas da República. No arranjo político seguinte à Independência, as oligarquias fundiárias das províncias nortistas ainda potencializam seu capital cultural de três séculos de acumulação capitalista hegemônica, expresso na ocupação de postos relevantes na decisão

⁸ Pode-se afirmar a continuidade no século XX do que afirma Regina Abreu: “Até meados do século 19, podem-se destacar duas grandes tradições de relatos sobre os sertões. Uma ligada à literatura de ficção, e outra a expedições de cunho científico” (ABREU, 1998, p. 169).

política e na administração. Somente aos poucos o Sul obscurece esse predomínio definitivamente revertido com o controle estatal pelo segmento industrial após 1930.

O Norte, em declínio econômico, cederá lugar a um novo construto identitário, formado reativamente e ao gosto das oligarquias desgastadas. A marca sertaneja dos políticos e literatos fora evidente na recepção da obra definidora do questionamento do Outro interno do País e de sua reconfiguração, *Os sertões* de Euclides. Regina Abreu chama atenção para o fato de essa recepção vir lastreada por um leque de formadores da reputação literária de origem interiorana e setentrional (ABREU, 1997b, p.176). A aura de *summa* científica e literária do texto euclidiano, com suas sugestões de um salvacionismo hídrico, emprestou o argumento adequado para aquelas elites promoverem a drenagem de recursos federais para a renovação e manutenção do mando absolutista e do patrimonialismo crônico. *Os sertões* e a Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, avatar do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), são dois pilares do tripé fundador do Nordeste.⁹ Um último é o da representação estética, configurada no manifesto de Gilberto Freyre e institucionalizado com o romance de 30. A apropriação de traços identificadores da sertanidade naquele território será fundamental para responder às demandas de representação da nova entidade regional no contexto do redesenho identitário nacional, nessa fase de modernização marcadamente urbana.

As profundas transformações por que passou o capitalismo no Brasil, nos últimos quarenta anos, não deixaram indene o território do Sertão. O deslocamento crescente da população para os centros urbanos, acompanhado da consolidação das cidades médias, modificou a percepção de espaço e a relação com a Natureza, muito em razão do distanciamento da atividade agrícola, desenvolvida cada vez mais por meios mecânicos. Mesmo que a memória afetiva possa ser conservada por migrantes nas cidades, o contingente mais jovem transita entre imagens de prestígio urbano e o demérito do mundo rural tradicional. A globalização das representações e imagens disponibilizadas pelo acesso quase universal à televisão e aos novos *media* projetam o desejo dos traços de cultura prestigiosos, ainda que na sua origem eles não sejam isentos de outros regionalismos, apenas distantes. As relações de afeto com o ambiente e o *habitat* sertanejo se modificam.

⁹ “O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 67). Afirma o mesmo autor: “O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, criada em 1919.” (Idem, *ibidem*, p. 68). Acresce adiante: “Esta institucionalização das secas consegue progressivamente abrir maiores espaços no aparelho de Estado para os grupos dominantes do “Norte”. Isto fica claro com a criação do IOCS, em 1909.” (Idem, *ibidem*, p. 70).

Torna-se muito mais desejável na cultura urbana interiorana referir-se ao território como Semiárido do que Sertão, reservado este termo para as marcas negativas.

A emergência do Semiárido nas referências dos meios de comunicação – performadores irrecorríveis de imagens eficientes para a ação – diga-se ideológicos – tem como suporte a nova exploração tecnológica do território, com a decorrente exclusão econômica e social de pequenos proprietários, posseiros e rendeiros não abrangidos por ela. Simultaneamente, a industrialização do campo e a riqueza decorrente têm transformado as cidades do interior com novos padrões de urbanismo ou seus simulacros, como também com a adoção e exibição de traços identitários de migrantes sulistas instalados em novas fronteiras agrícolas, vide o caso do oeste baiano. Não é de estranhar que, mesmo quando há afirmação de sertanidade, haja um diálogo com um padrão exótico de matriz norte-americana, como os rodeios, em lugar da vaquejada, e a adoção da indumentária e trejeitos do “Meio-Oeste”. Como corolário, se desenvolve no ex-Sertão fértil do Sudeste do país uma música sertaneja divergente das raízes ibéricas e mais afinada com a vertente pop americana, rotulada internacional.

A produção imaginária de Sertão vê-se, pois, reduzida na sua fonte maior, a atividade rural tradicional de subsistência e de monocultura atávicas. A relação com o meio se vê rompida na forma de percepção vital, de sobrevivência, de estar-aí no mundo Sertão. Sobrevêm, de um lado, novas relações e posições próprias ao “homo tecnologicus”, decorrentes da vida urbana internacionalizante e, de outro, uma correlata produção de memória de referência tradicional. A produção de uma identidade sertaneja moderna, ou pós-moderna periférica, manifesta-se, realiza-se, em traços caricaturais do mundo perdido, agrário. Daí a vitalidade dos festejos juninos, com fantasmagorias sempre ridicularizantes do arcaico, mas crescentemente vigorosos nas metrópoles regionais do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo, capital da diáspora nordestina. Há um drama identitário mais sensível no Nordeste quanto à condição sertaneja no País afora. O retorno sempre recorrente ao Sertão, mais próximo ou além distante, pode muito bem servir de elemento de contemporização com a modernidade abrupta, também para a maior parte do País.

Sertões, sertanidade

Se os sertões são vários, uma tarefa se impõe, a de encontrá-los onde estão ou estiveram e indagar como aquilo que se batiza de sertão e sertanejo enuncia a si mesmo. Nessa linha,

são oportunos os estudos recentes de Cláudia Pereira de Vasconcelos e Lídia Cardel. Vasconcelos (2011) estuda o modo como se configurou uma identidade baiana centrada na capital do estado e no seu entorno, o Recôncavo, excluindo de sua conformação o espaço interior. Não se reserva baianidade para os sertanejos. Ao contrário, revigoram-se os estereótipos de inferioridade.

Cardel faz o mesmo percurso discursivo que Euclides, na sua versão etnográfica do *vol d'oiseau*, empreendeu em “A terra”. Apenas, Cardel o faz metonimicamente e por experiência pessoal, em lugar de simples citação não referida à fonte. Em ambos, o entorno de Canudos: o São Francisco, Chapada Diamantina e Sertão de Canudos. Reapresenta-se o mesmo roteiro simbólico do regional de Teodoro Sampaio, Artur Neiva e Cavalcanti Proença. Seu estudo busca surpreender similaridades entre as três regiões, no que as configura de si para si, e em suas margens identitárias. Pinça exemplarmente três comunidades sertanejas baianas para a análise de sua constituição, a partir da categoria genérica de Sertão: Olhos d'Água, na bacia do São Francisco, na Chapada Diamantina, a comunidade quilombola de Capivara e, no Sertão de Canudos, em Monte Santo, a de Capivara. O universo da pesquisa faz ecoar dois títulos clássicos da etnografia da região, *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, de Teodoro Sampaio, e *Os sertões*, de Euclides.

Para tanto, passa a discutir os elementos configuradores da identidade dos indivíduos e das comunidades referidas: “relações de parentesco, relações de vizinhança, relações de amizade e parentesco espiritual”. A autora se distancia de uma apreciação impressionista; prefere discutir a forma como – digo parafrasticamente – as configurações estabelecidas sobre o espaço e a mítica de Sertão são ali atravessadas e vivenciadas nas condições corporais de vida e suas representações. À imagem de imobilidade espacial e de tempo histórico petrificado, a pesquisadora baiana opõe, como constituinte vivenciado pelas comunidades, a mobilidade permeando suas “memória e representações”. Essa noção de dinamismo na constituição identitária é, de pronto, oposta à cristalizada na historiografia e nas diversas formas de ficção.

Generalizando, no limite, nunca houve isolamento absoluto dos grupos societários sertanejos, mesmo porque os vários ciclos produtivos sempre integraram as regiões, desde a Colônia, com grandes ciclos migratórios. Ao contrário de uma identidade fundada no isolamento, o signo Sertão se conforma em traços de oposição a um Outro que, simultaneamente, o define. Observando os três grupos rurais – um dos propósitos do Projeto

Barra do NIEAIS¹⁰ –, Cardel constata que uma identificação rígida, fixa e genérica de Sertão tem concretização oposta na mobilidade.

Tem-se em questão *topoi* há muito difundidos sobre a sertanidade. As comunidades são analisadas, de início a partir da delimitação territorial física e, na contramão de uma imobilidade, na dinâmica de uma mobilidade “que está entremeada com a historicidade do atual espaço identitário sertanejo” (CARDEL, 2012, p.2). Em vez de uma originalidade “de raiz”, o pertencimento é representado por tensões do trânsito entre seus componentes, de maior ou menor duração. Categorias de autorreconhecimento são formadas nesses territórios sobre esse eixo semântico, instaurando-se oposições entre os “de dentro” e os “de fora”, “fracos” e “fortes” dentro até mesmo do grupo familiar, tendo por base a integração dos membros em regime dado de transmissão da terra.

Outra margem de mobilidade espacial é a das migrações para lugares distantes e o refluxo desses migrantes, postos em contato com outros contextos culturais modernizantes, o que provocaria um reposicionamento constante desses indivíduos e das próprias comunidades. Para a pesquisadora, a mobilidade dos indivíduos e o contato das culturas locais com outras distantes – o litoral ou “São Paulo” – teriam sempre sido constantes e reconfiguradoras dessas identidades. As postulações de Cardel têm a virtude de estabelecer bordas de oposição, seja entre o Sertão e seu Outro não-Sertão, seja entre o Nós de enunciadores alheios a ele e a sua categoria *ex-ótica* Sertão.

Diante do enigma de que o Sertão está em toda parte, pode-se interrogar sobre a posição de quem enuncia tal assertiva. Permita-se afirmar que seja a de quem está imerso no Sertão imenso, na impossibilidade de “divulgar” seus extremos, o que permitiria entrever em todos os humanos um sentimento comum de estar no mundo. A imensa planura, habitualmente representada nas artes, e o vagar por ela unificam, sob esse ponto de vista, os humanos na sua errância, seja sob as lentes de Glauber Rocha, seja pela anterior inquirição rosiana a respeito do drama identitário: o eterno feminino, o divino e o diabólico, o tão somente humano.

Mantidas as indagações metafísicas, não se pode duvidar de que o Sertão tenha configuração espacial, esteja ou tenha estado em espaço determinado ou imaginado. Tomando uma planura ou uma superfície dilatada em Sertão, está em ação um sujeito, e, nessa interação, a configuração espacial, dialeticamente, exprime traços identitários e se

¹⁰ NIEAIS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ações Integradas do Semiárido – Universidade Federal da Bahia.

forma simbolicamente: de simples espaço indiferenciado torna-se “lugar” pelos gestos que o tocaram. Confluindo com Yi-Fu Tuan, afirma Cardel:

O ambiente geográfico reivindicado pelo homem sertanejo é fruto de uma relativa coesão simbólica que agrupa uma coletividade e supõe o lugar em que os indivíduos se elaboram e se experimentam.

(...) Esse território original, produto e produtor de identidade grupal liga-se aos territórios identificados específicos (fundos de pasto, quilombolas, ribeirinhos, brejeiros, etc.), elaborados socialmente. (CARDEL, 2012 p. 2).

Sentencia a socióloga: “Assim, o princípio enunciador do significante Sertão se adensa na variedade polifônica nas multiplicidades (reais e imaginárias) do Sertão baiano”. (ibidem).

As observações de Cláudia Vasconcelos sobre a constituição da identidade sertaneja baiana, a partir do Outro litorâneo, e a desconstrução dos estereótipos imobilistas de sertão, por Lídia Cardel, põem em cheque a representação de um Sertão em transe, no entrecchoque com um Nordeste em trânsito para Nordeste semiárido.

Nordeste: *uma sala negativa*

Maria Amélia B. de Mamede vê a construção da “identidade nordestina” atual no discurso jornalístico como “imagens diversificadas, sobressaindo aquelas de conteúdo depreciativo” (MAMEDE, 1996, p. 207). Funciona o discurso de estereótipos de “um Nordeste primitivo, moldado pela organização política coronelista, pela ignorância e pela pobreza, palco de ações violentas, onde a lei do mais forte e a luta por sobreviver sujeitam seus habitantes a um destino fatalista, imutável” (ibidem). Tomando como corte um período conturbado da memória recente do País, os anos da presidência Collor, suas observações voltam-se para o papel da montagem das imagens de depreciação.

A pesquisadora cearense destaca, ainda, o recurso a variantes linguísticas regionais, vistas pejorativamente na sua diferença. Crê mesmo que seja possível inferir “uma gramática nordestina, sem a qual se tornaria impossível a cobertura jornalística sobre o Nordeste” (MAMEDE, 1996 p. 208). Os traços inventariados por ela para uma constituição do discurso identitário regional não diferem dos *topoi* do “romance nordestino”, centrado no mundo agrário em crise, junto com a percepção desta pelas elites deslocadas de suas posições de hegemonia no nacional.

Uma identificação dessa literatura de tradição sertaneja, advinda do século XIX, com a agora literatura nordestina, contribuiu para a percepção do espaço sertanejo como restrito à

nova configuração regional do País, no caso de Nordeste, a que se acrescenta a delimitação legal do Polígono das Secas.

Algumas pistas para elucidar a confusão podem ser buscadas ainda na obra de Mamede, possibilitando operar-se uma disjunção não maniqueísta entre Sertão nos dias atuais e Nordeste. Tendo sua pesquisa dirigida para a “construção do Nordeste na mídia”, ela resenha a teoria sobre identidade regional, antes de abordar diretamente seus discursos performativos. Destaca os modos da percepção da diferença: de si para si e em relação ao Outro. A dimensão territorial, por si mesma, não é determinante. Assim, a setorização regional brasileira atual não é fonte apenas de decisão legislativa ou administrativa: fatores culturais, interesses e tensões econômicas e de poder constituem juntos o território demarcado.

O discurso identitário é visto como proveniente dos interesses das elites diante da necessidade interna do resguardo da acumulação de riqueza e poder e externa de reconquista de posições já desfrutadas, frente à hegemonia de um Outro: os estados do Sul e Sudeste no processo de industrialização.¹¹ Ainda acompanhando os passos de Mamede, vê-se a constituição do Nordeste inicialmente pelo registro geográfico institucional. A configuração do mapa resulta das demandas de poder, ou seja, de sub-regiões, dos Estados. A necessidade do Estado nacional subdividiu o território para melhor eficácia político-administrativa (MAMEDE, 1996 p. 53-54). A conformação das regiões decorreria do confronto e acordo dessas duas tangentes.

Na esteira de Albuquerque Jr., não se vislumbra antes de 1910 Nordeste nos discursos. Embora Mamede ponha em cena, de imediato, entidades provinciais, para o século XIX é inegável a menção às províncias do Norte e às do Sul, que se tornaria mais frequente a partir da hegemonia meridional frente ao declínio da sociedade de exportação açucareira, no que também assente a autora. Convém recordar o mal-estar causado pela presença desproporcional de políticos “nortistas” nos negócios do Império e, em especial, no primeiro reinado. Na representação artística, a literatura romântica e a realista parecem fundar-se em dois eixos: o rural, remetendo ao lugar distante, quase imemorial, histórico ou

¹¹ . Quanto à ação institucional para a conformação do espaço regional, a partir da reflexão da autora, pode-se apontar a criação das instituições já citadas, que passam a atender particularmente aos interesses da elite enunciativa do discurso apresentado como voz do coletivo, centrado na retórica das secas: IOCS – Inspeção de Obras contra as Secas, depois DNOCS, IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, Banco do Nordeste do Brasil, SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Comissão do Vale do São Francisco. Órgãos técnicos forneceram a aura de ciência ao discurso regionalista.

provinciano; e o urbano, coetâneo à escrita, ambientado na Corte tropical. Na configuração de Norte e Sul durante o Império, não é possível abstrair a existência de uma sociedade de classes, mesmo na convivência envergonhada com a divisão social em estados livre e servil.

Da representação de um território distante, interior, sem lei, em um Estado unitário do baronato, a nova ordem republicana traz o federalismo coronelista, em que os mandantes atomizados do Sertão desfrutam mais largamente dos poderes estaduais, escolhendo até seus governadores ou presidentes. O Sertão continuará Sertão, mas a busca de favores do governo central pelas elites, compensatórios de seu declínio, engendrará o Nordeste. A leitura euclidiana de um isolamento e atraso dos “patricios”, junto com sua fórmula de mudar o clima, caiu como uma luva para a preservação do “status quo” regional e forneceu o argumento “científico” requerido pra o novo construto corretor da “anomalia” de Canudos.

Mamede vê em Gilberto Freyre e Djacir Menezes os grandes formuladores do discurso regionalista nordestino. Freyre invocará para o Nordeste o lugar mítico de fundação primeira da nação, a exemplo do que Euclides fizera para o sertão de Canudos. Vê-se aí uma reencarnação da “rocha viva da nacionalidade”; onde se leu Sertão, leia-se agora Nordeste; onde se viu o território longínquo e árido, surge a mediação prévia do barro fértil e do massapé. A mesma autora ressalta a similaridade e contraposição entre Freyre e os modernistas paulistas; estes oferecendo São Paulo como metáfora do Brasil moderno e cosmopolita e o sociólogo pleiteando a mesma posição para o Nordeste das origens, na riqueza passada das casas grandes. Como corolário, o regionalismo de 30 contribui para cumprir o programa de fundação da região, amenizando as ousadias formais da nova estética e pondo a temática rural na pauta narrativa das reivindicações de classe, malgrado o saudosismo e o pessimismo miserabilista.

A década de 1950 assiste, além da ficção glorificante do Sertão fértil, feraz, de *Grande Sertão: veredas*, a continuidade da visão depreciativa na produção corajosa de Djacir Menezes e de Josué de Castro; o primeiro com larga audiência e divulgação pela então poderosa Confederação Nacional do Comércio, a partir do Rio de Janeiro.

O discurso desenvolvimentista, versado no Governo Kubitschek, tem sua espécie regional elaborada como políticas para o Nordeste. O novo aparato institucional, acrescido de dezenas de outros organismos de atuação estadual, de um lado se apropria do velho discurso da natureza inóspita, reivindicando dívida do nacional ao regional e, de outro, frustra as expectativas do poder local como destinatário das melhorias, ao trabalhar com a dinâmica

capitalista de classes, erodindo o tradicional. A integração no nacional era um discurso em que o poder agrário local não era sujeito e ele, em breve, perceberá seu assujeitamento, associando-se a grupos econômicos de outros centros, do Sul e do exterior, quando não sucumbiu.

Não há Sertão no discurso institucional desenvolvimentista e, naquele dos cientistas sociais, os estereótipos depreciativos da sertanidade remanescente tornam-se Nordeste e nordestino. A abordagem técnico-científica da ação governamental introduzirá uma nova ótica em que o território é Nordeste subdesenvolvido, diluindo-se o corte entre litoral e interior e especificando nuances entre agreste, zona da mata e semiárido.

Um deslizamento parece se operar entre a estigmatização sistêmica de Sertão e Nordeste e o agora Semiárido, ao par da permanência de visões preconceituosas e a repetição de *topoi* de inferioridade nos *media*. A remodelização econômica e social do espaço agricultável da região é a nova face da agroindústria de exportação. O louvor da modernidade técnica é a face visível do lado eufórico da transformação do espaço e sua inserção na representação de outro de marca positiva.

A transformação do espaço no seu aspecto paisagístico é um corolário do novo discurso modernizante. O “sucesso” da agroindústria no vale do São Francisco apagará as imagens de Spix e von Martius, de Teodoro Sampaio, Artur Neiva e outros. Esse território *for export* passa a ser representado nos vários *media* como aureolado miticamente e episodicamente referido como “em pleno Sertão”, para contraste com o novo. O discurso triunfalista da agroindústria oblitera, obviamente, as também reais desditas antigas e as recentes da superexploração descuidada do trabalho dos sertanejos. O rótulo *for export* manifesta-se na ostentação predatória das “torres” despudoradamente espalhadas nas margens do São Francisco em Petrolina e Juazeiro. A pretendida inserção no mundo tecnológico abastado, na Barra do Rio Grande, fratura-se como discurso na intersecção de seu precedente sertanejo, seja ele sertanejo do Norte, seja sertanejo do Sul para os migrantes gaúchos e paulistas bem-sucedidos no Cerrado baiano.

Os ícones tecnológicos – o *Jet-ski*, o quadriciclo motorizado das crianças, lanchas de fibra carbono, carros importados de tração total, equipados com ensurdecadores aparelhos de som e os jatinhos particulares – conjugam-se com o *bodódromo* de Petrolina, em que a tradicional proteína de subsistência no Sertão funde sociabilidades distintas de classe.

Tangem-se ali Sertão e Semiárido.

Os discursos têm separação de águas: a culinária é *sertaneja*, as frutas *for export* são do Semiárido e os traços de classe são da contraparte do mesmo discurso de inserção periférica na globalização: os cubos para habitar à beira do rio da unidade nacional e os amplificadores de som em volume desmedido são denotadores do mal-estar de classe, completados pelos relatos das férias na Disneylândia e o ar de desdém de migrantes frente aos naturais do território. Na sustentação desse aparato, o outro pilar discursivo: o Banco do *Nordeste*.

O contraponto desses três discursos, de algum modo, estava plantado no olhar estrábico e longevidente de Euclides na sua “Nota preliminar”, que se diga corretiva d’*Os sertões*. O publicista fluminense investe-se em futurólogo para profetizar (ao modo do seu Conselheiro) o desaparecimento dos estereótipos que ele tomara como totalidades raciais:

(...) destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.

(...) O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 1998, p. 13).

Repensando Euclides, o que ele afirma é o desaparecimento inevitável do Sertão e sertanejos diante das novas migrações e, agora, da rur-urbanização.

O Outro do Sertão tornou-se difícil de se constituir: não é mais o distante, pela velocidade dos novos meios de transporte; o Sertão esteve depois do próximo aeroporto. Também já não é o impalpável, o indefinido. Aos olhos racionalistas, mesmo em novo milênio, tudo é tangível, palpável no território demarcado do Estado-nação; tudo nele já é conhecido e mensurado, por terra ou desde o espaço sideral. Não há mais os “retardatários” d’*Os sertões* nos tempos dos *media* eletrônicos, que se anteciparam mesmo à pena e ao caderno prescritos em tons castroalvinos pelo repórter d’*O Estado de S. Paulo*. Inexiste fronteira entre costa e *hinterland*. O litoral não é mais o Outro do velho Sertão. A antinomia funda-se mais em uma nova percepção economicista de úmido ou seco, fértil e semiárido. A dificuldade conceitual se estende à pretensão classificatória de “territórios de identidade” dentro de um mesmo identitário dificilmente oposto ao que lhe é inerente ou vagamente contingente. É o caso do governo da Bahia que, entre outros ‘sertões’ cria um excêntrico e preconceituoso “Sertão produtivo”.

A tarefa atual é a de questionar a permanência e o alcance da noção de Sertão, a amplitude e contingência com Semiárido e nordestinidade. O Sertão, que antes esteve em todo o

Brasil não litorâneo, onde fica? É possível estar em alguma parte? São idênticos sertanejos e nordestinos? Semiárido é “coisa de Nordeste”?

Faça-se o exame pelas bordas, pelas fronteiras ou, na voz do Dr. Euclides, pelas lindes. Constituídos (também) de fora para dentro, o Nordeste e seus incômodos nordestinos passam a existir não apenas pelas relações de afeto, origem geográfica, identidade linguística, culinária, festiva e outras, mas pela sua margem, o Outro na sua diáspora, seja na convivência amistosa, seja na rejeição preconceituosa. Fica aberta a questão: como são identificados esses migrantes, como sertanejos, nortistas ou nordestinos? Esta, uma das formas de produção identitária, pelo Outro, além daquela de si para si.

Pensada a identidade de si para si, como se diz esse contingente populacional expressivo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro? Nos vários discursos é possível verificar-se sua presença destacada: nas concentrações populacionais, em Santo André, São Caetano, por exemplo. Mas sobretudo em marcas de natureza imaterial: nas festividades, no seu calendário festivo, na escolha do repertório musical, na transmissão dos prenomes, nas marcas linguísticas, na literatura de cordel e, interessa aqui, como se denomina sua produção cultural, onde entram e onde ficam Sertão, Nordeste e Semiárido.

Também, a partir das bordas, é possível um exercício de observação. Com o destino migratório invertido, agora com mais frequência, não se ouve dizer “Vou voltar para o meu Semiárido”. Volta-se para o “meu Sertão”, com a marca afetiva em evidência, ou mesmo “Vou voltar para o meu Nordeste”. Já as políticas públicas dão-se hoje no território do *Semiárido*.

É o caso de conjecturar-se sobre o uso diferente dos dois termos por enunciadores de diferentes faixas etárias e a relação diversa com uma mesma referência.

Se o Sertão de Capistrano de Abreu já estava em toda parte, não se registram mais referências ao Sertão de Mato Grosso ou do Araguaia e, raramente, ao de Minas Gerais (parcialmente no Polígono das Secas), no caso de acontecimentos contemporâneos.

Em aparente paradoxo, é no Estado de São Paulo, onde se faz forte a presença da diáspora nordestina, que outro culto sertanejo emerge prestigioso. De costas para seu Outro interno, o novo rico interiorano paulista alimenta a fortuna de cantores e duplas “sertanejas”, adeptos de temáticas melosas, a contrapelo da vivência urbana. A vertente musical desliza das matrizes açorianas a adaptações rítmicas do rock and roll. As versões locais dos rodeios *country* norte-americanos atraem milhões de aficionados para cidades como Bauru e Barretos. Importam-se *cowboys* dos Estados Unidos e fazem-se versões modernas dos

figurinos do Meio-Oeste. A negação inamistosa do sertanejo nordestino circundante é compensada com a importação colonizada de um sucedâneo simbólico alienante, sob a capa prestigiada da importação da periferia passadista americana. É Sertão por triste negação.

De Sertão em transe a Sertão em trânsito

Esquemáticamente – com a inevitável deformação – no entre-lugar de Nordeste e de Semiárido tem-se um discurso sobre o Sertão que sofre a constrição de cada fase da modernização do território interno do País. De acordo com as necessidades e desejos de significação, os sertões são tomados como referentes a que se emprestam diversas faces, indo da adequação aos intuitos políticos à transfiguração poética, que também pode incluir uma veiculação de figuras de ordem ideológica.

Cronologicamente, tem-se Sertão como o Outro distanciado e ignoto, que é tomado para sinal de pureza nacional; o nacional por excelência, oferecido em sacrifício à modernidade, por culpa de seu hibridismo – *hybris* como impureza; o Sertão da inferioridade regional e, por fim, um Sertão tensional com o desenvolvimentismo do Semiárido e as demandas da globalização norte-americana.

No tocante a uma cultura do sertão semiárido – hoje largamente urbanizado – há de se observar tanto a produção cultural atual quanto a pouca presença dela no cânon institucionalizado, no repertório de reedições e nas edições custeadas para o ensino público. Uma diferença sertaneja continua vigorosa na literatura. Em obras recentes, verifica-se a retomada de temas como o confronto entre Sertão e litoral, reinventados em narrativas que tecem temáticas como novas representações da mulher, modernidade política, diferentes fases da globalização, como presentes no texto de Angela Gutiérrez; cosmopolitismo, modernidade tecnológica, urbanização e favelização das periferias, exclusão, droga, homossexualismo e pedofilia, em Ronaldo Correia de Brito. Em todos, a reconfiguração dos espaços, estranhamento da paisagem e arranjos familiares tradicionais: um sentido de perda sem luto. Na música, além das vertentes populares, seu aproveitamento na produção erudita de Antúlio Madureira, Antônio Nóbrega e Elomar Figueira. As temáticas do local e estereótipos sociais se veem revisados no cinema de Rozemberg Cariry e reinventados pela televisão, colando ambientes novos do agronegócio globalizado ao exótico das paragens sanfranciscanas e do Raso da Catarina, como cenários de choque de valores em dramas novelescos.

Por outra parte, constata-se a falta de reedição de inúmeras obras de autores de marca sertaneja e sua circulação no meio escolar e acadêmico, disputando com o cânon sulista; o mesmo seja dito para a recente produção literária de origem regional. Também não circulam os clássicos do seu cinema e há dificuldade de aquisição da música tradicional da região. Na produção atualizada e renovação constante de seu discurso é que reside a vitalidade de um construto cultural.

Contudo, longe do desaparecimento do Sertão, pode-se muito bem concluir pelo seu revigoramento dentro de um mundo de identidades múltiplas e simultâneas, quer individuais, quer coletivas, em que as transformações não são percebidas com luto, mas suas representações vistas em coalescência de Sertão, Semiárido e Nordeste. Como tudo mais em tempos pós-modernos, o Sertão está no “local”, no Brasil afora e em toda parte.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800*. Brasília, 1998a. 226p.

ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funart-Rocco, 1998b. 412p.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana; São Paulo, Cortez, 1999. 342 p. il.

CARDEL, Lúcia. *Tipologias da sertanidade baiana: uma análise sobre três dimensões identitárias*. Disponível em: < [http://www.semiarido.ufba.br/sites/semiarido.ufba.br/files/\[2012\] 35p](http://www.semiarido.ufba.br/sites/semiarido.ufba.br/files/[2012] 35p). Acesso em: 2 mai. 2014.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Ed. crítica. Organização: Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998. 757p.

ESTRELA, Raimundo. *Pau de Colher: um pequeno Canudos; conotações políticas e ideológicas*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997. 280p.

MAMEDE, Maria Amélia B. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: Secult, 1996. 214p.

NEIVA, Arthur; PENA Belisário. Ed. Facsimilar [1916]. *Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília, DF: Senado Federal, 1984. 251p.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Ribeira do São Francisco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, v. LXXVI, Gráfica Laemert, 1944. 191p.

SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Organização: José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 352p.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2010. 237p.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. 288p.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. *Ser-tão baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana*. Salvador, Edufba, 2011. 138p.

WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. *Viagem ao sertão brasileiro: leitura geosócio-antropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa*. Recife: FUNDARP – CEPE, 1997. 210p.

ZILLY, Berthold. Nação e sertanidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. *Zwischen Literatur und Philosophie suche nach dem Menschlichen*. Festschrift zum 60 Geburtstag von Victor Farías. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2000. p.305-344.

Texto enviado em Abril de 2014.
Texto aprovado em Maio de 2014.